

REGIÃO NORDESTE I

Grupo 1 – TRABALHO INFORMAL

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	1.1 Realizar campanhas educativas, seminários, palestras. (Campanhas pontuais); 1.2 Identificar casos de evasão escolar pelas outras políticas públicas (saúde, educação etc.); 1.3 Incluir a criança e o adolescente como protagonista nas campanhas; 1.4 Romper os estereótipos do assistencialismo e da proteção por via punitiva; 1.5 Fortalecer os vínculos intersetoriais entre as equipes técnicas e a comunidade; 1.6 Promover a mobilização intersetorial; 1.7 Capacitar Conselheiros de Direitos (CMAS, CMDCA, CMS etc.). 1.8 Qualificar profissionais para o acesso	Assistência Social. Educação. Saúde. Cultura. Esporte. Judiciário MP MTE	Todas as vigilâncias das políticas públicas, implantadas e implementadas, sobretudo a Vigilância Socioassistencial; Conselhos de Direito Fortalecidos.	

	<p>adequado aos Sistemas de Informação;</p> <p>1.9 Integrar Sistemas de Informação.</p> <p>1.10 Corresponsabilizar os atores da Política de Educação no combate ao trabalho infantil;</p> <p>1.11 Promover campanhas em nível federal durante datas comemorativas e de forma permanente, em meios de comunicação em massa;</p> <p>1.12 Desenvolver projetos para agendas anuais.</p>			
2. Identificação	<p>2.1 Informar a identificação de casos para os demais profissionais envolvidos e encaminhamentos a outros setores;</p> <p>2.2 Organizar fluxos de atendimento;</p> <p>2.3 Envolver os Agentes Comunitários de Saúde na identificação do trabalho infantil.</p> <p>2.4 Promover parcerias com a Secretária de Agricultura;</p> <p>2.5 Promover a Busca ativa.</p> <p>2.6 Identificar, por meio de sistemas de</p>	<p>Assistência Social.</p> <p>Educação.</p> <p>Saúde.</p> <p>Cultura.</p> <p>Esporte.</p> <p>Judiciário</p> <p>MP</p> <p>Secretária de</p> <p>Agricultura</p>		

	informação (CadÚnico, SINAM, etc.).	MTE		
3. Proteção	<p>3.1 Inserir crianças e adolescentes em Programas de Proteção;</p> <p>3.2 Acompanhar a família, por meio de equipamentos públicos, privados e da sociedade civil.</p> <p>3.3 Territorializar as ações de proteção.</p> <p>3.4 Planejar a execução das ações de forma intersetorial, com vistas a combater o trabalho infantil;</p> <p>3.5 Ampliar as escolas de rede integral;</p> <p>3.6 Inserir adolescentes a partir dos 14 anos em projetos no caráter de aprendiz;</p> <p>3.7 Qualificar a família para o protagonismo social.</p>	<p>Assistência Social.</p> <p>Educação.</p> <p>Saúde.</p> <p>Cultura.</p> <p>Esporte.</p> <p>Judiciário e MP</p>		
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Realizar audiências públicas;</p> <p>4.2 Articular entre atores rede de proteção, MP e Judiciário a responsabilização dos empregadores.</p>	<p>Assistência Social.</p> <p>Educação.</p> <p>Saúde.</p>		

	4.3 Identificar as cadeias produtivas.	Cultura e Esporte Judiciário e MP MTE		
5. Monitoramento	5.1 Implantar e implementar a vigilância socioassistencial. 5.2 Fortalecer os conselhos de direitos.	Assistência Social Saúde Educação Cultura e Esporte Judiciário e MP MTE		

Grupo 2 – TRABALHO INFANTIL EM MEIO RURAL (AGRÍCOLA E DOMÉSTICO)

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	1.1 Promover encontros com a participação intersetorial voltados à sensibilização e informação das crianças e de suas famílias, sobre os diversos aspectos do TI, sem a culpabilização da família; 1.2 Envolver atores locais (ONGs,	Judiciário, MP e MPT; Assistência Social Saúde Educação	Nível de informação que facilite e convencimento das crianças e famílias sobre a necessidade da eliminação do TI aumentado;	

	<p>Sindicatos, Legislativo Municipal) e de Organizações Internacionais no processo de integração de políticas e promoção da ampla participação de todos os setores. Estimular a participação de Prefeitos para o seu compromisso político com a causa;</p> <p>1.3 Definir Estratégias e Ações programáticas e articuladas entre os diversos setores, considerando as especificidades locais e particularidades de Comunidades Tradicionais;</p> <p>1.4 Elaborar material informativo, que também contenha os contatos de serviços e autoridades locais. Divulgar o material e da campanha com o envolvendo a mídia e meios de comunicação locais;</p> <p>1.5 Promover uma agenda aberta e permanente de sensibilização interna (para os atores da rede) e externa (para o público alvo), com foco no rompimento da “cultura” e de naturalização do TI;</p> <p>1.6 Disponibilizar dados estatísticos e informações mais detalhadas sobre</p>	<p>Trabalho</p> <p>Conselhos Tutelares</p> <p>Agricultura</p> <p>Esporte</p> <p>Lazer</p>		
--	---	---	--	--

	trabalho infantil aos gestores públicos, para que adequem melhor e mais facilmente suas estratégias;			
2. Identificação	<p>2.1 Criar de Grupos Móveis/Volantes para identificação de casos de TI;</p> <p>2.2 Intensificar a Busca Ativa com abordagem intersetorial;</p> <p>2.3 Promover reuniões com alunos de escolas públicas e suas famílias, para identificação (pelos professores) de novos casos de TI e inclusão cadastral;</p> <p>2.4 Avaliar os dados do Cadastro Único em relação ao que é indicado pelo CENSO, evitando discrepâncias entre estatísticas e realidades;</p> <p>2.5 Capacitar e incentivar constantemente os Entrevistadores do CadÚnico, sob a abordagem correta para identificação de casos de TI;</p> <p>2.6 Acompanhar efetivamente os Sistemas de Monitoramento e de Controle das Condicionalidades (não somente depois do “bloqueio”);</p>		Políticas setoriais diversas com maior envolvimento e com metodologias mais eficazes de identificação;	

<p>3. Proteção</p>	<p>3.1 Desenvolver um Plano Municipal intersetorial de Enfrentamento do Trabalho Infantil, respeitadas especificidades locais e particularidades de Comunidades Tradicionais;</p> <p>3.2 Definir conteúdo de cursos de formação, adequados ao perfil e vocação econômica do Município e de sua população;</p> <p>3.3 Intervir junto aos gestores locais, para o aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos às crianças, que devem ser mais atrativos e adequados às necessidades e realidades locais;</p> <p>3.4 Envolver Sindicatos locais (Produtores e Trabalhadores Rurais), Legislativo local e organizações não governamentais, com temas como o enfrentamento ao trabalho infantil, proteção e qualificação profissional;</p> <p>3.5 Promover o envolvimento de crianças e adolescentes no processo das Conferências Municipais, na discussão de políticas públicas que tratem de seus direitos;</p>		<p>Estratégias conjuntas e intersetoriais mais efetivas desenvolvidas;</p>	
---------------------------	---	--	--	--

4. Defesa e Responsabilização	4.1 Formular e assinar conjuntamente a assinatura de Termos de Cooperação, com o apoio de Judiciário e MPT;		Entidades locais e gestores dos diversos setores envolvidos com a definição de estratégias conjuntas;	
5. Monitoramento	5.1 Definir a instância adequada para acompanhamento e monitoramento das ações intersetoriais.			

Grupo 3 – ALICIAMENTO PARA O TRÁFICO DE DROGAS

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	<p>1.1 Realizar campanhas articuladas entre as políticas para prevenção do uso abusivo de drogas. (Agentes de saúde, professores, assistentes sociais);</p> <p>1.2 Realizar eventos comunitários;</p> <p>1.3 Realizar seminários, rodas de conversa, para mobilizar profissionais de educação, saúde, segurança, trabalho e assistência social em torno das especificidades das situações de aliciamento para o tráfico de drogas;</p> <p>1.4 Inserir ações de prevenção ao aliciamento para o tráfico de drogas nos planos municipais e no orçamento público;</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Esporte e Cultura</p> <p>Trabalho e Renda</p> <p>Sistema de Justiça</p> <p>Turismo</p> <p>Entidades Religiosas</p> <p>Legislativo local</p> <p>Conselhos Tutelares</p>	<p>Participação de crianças e jovens no trabalho infantil reduzida;</p> <p>Participação da comunidade no enfrentamento ao trabalho infantil estimulada;</p> <p>Rede de serviços públicos no território ampliada.</p>	

	<p>1.5 Elaborar materiais informativos, com acessibilidade (cartilhas, panfletos, spots de rádio);</p> <p>1.6 Realizar audiências públicas intersetoriais (principalmente com os órgãos do sistema de justiça);</p> <p>1.7 Articular com os órgãos de imprensa local e utilizar as redes sociais e mídias alternativas;</p> <p>1.8 Promover rodas de diálogo, especialmente na zona rural;</p>	<p>Conselhos setoriais</p> <p>CMDCAS</p> <p>Organizações da sociedade civil</p> <p>Movimentos populares e comunitários</p> <p>Segurança Alimentar</p> <p>Núcleo da C/A (Selo Unicef)</p>		
2. Identificação	<p>2.1 Articular ações de busca ativa entre as equipes técnica do PAIF, PAEF (inclusive das equipes volantes), profissionais das estratégias de saúde da família (agentes comunitários de saúde) e profissionais do CERESTs (visitas domiciliares que fazem);</p> <p>2.2 Elaborar ações articuladas entre as equipes do programa de saúde da família, professores e as equipes do SUAS para identificação de situações de trabalho infantil;</p> <p>2.3 Formar permanentemente as equipes</p>	<p>Saúde</p> <p>Assistência Social</p> <p>Educação</p> <p>Conselho Tutelar</p> <p>CMDCAS</p>	<p>Trabalho integrado entre as políticas fortalecido;</p> <p>Estratégias de identificação das situações de trabalho infantil ampliadas;</p> <p>Marcação de Trabalho Infantil no CadÚnico nos territórios de alta incidência aumentada;</p> <p>Números de casos denunciados aumentado;</p> <p>Profissionais envolvidos no</p>	

	<p>de busca ativa para otimizar a identificação e o cadastramento de crianças e adolescentes identificadas no trabalho infantil;</p> <p>2.4 Formar permanentemente os profissionais de educação, da saúde, assistência social para identificação dos casos de trabalho infantil, bem como o encaminhamento dos casos para a rede;</p> <p>2.5 Formar permanentemente os conselhos tutelares e conselhos de direitos;</p>		enfrentamento ao trabalho infantil.	
3. Proteção	<p>3.1 -Realizar reuniões periódicas entre as políticas setoriais para o planejamento das ações e encaminhamentos da rede de proteção em cada território;</p> <p>3.2 Acompanhar famílias de forma integrada das políticas de assistência, saúde e educação.</p> <p>3.3 Promover a articulação entre o Mais Educação e o SCFV para garantia do contraturno.</p> <p>3.4 Promover programas de formação profissional para as famílias e inclusão no mercado de trabalho</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Conselhos tutelares</p> <p>CMDCA's</p> <p>Conselhos Setoriais</p> <p>Trabalho e Renda</p> <p>Organizações de Trabalhadores e de</p>	<p>Agenda permanente de trabalho intersetorial para acelerar a erradicação do trabalho infantil elaborada.</p> <p>Papel protetivo da família potencializado.</p> <p>Frequência e rendimento escolar aumentados;</p> <p>Atendimentos melhorados.</p>	

	<p>3.5 Garantir programas de aprendizagem para os/as adolescentes</p> <p>3.6 Promover a criação de Escolas de tempo integral;</p> <p>3.7 Ampliar equipes dos serviços (assistência social, saúde, educação, demais políticas).</p>	<p>Empregadores</p> <p>AceSUAS Trabalho (Pronatec)</p> <p>Sistema S</p> <p>ESFL</p>		
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Realizar capacitação intersetorial para conselhos tutelares, sistema de justiça, visando à garantia de proteção integral à criança e ao adolescente.</p> <p>4.2 Realizar ações de fortalecimento da função de controle social exercida pelos conselhos setoriais e da criança e do adolescente.</p> <p>4.3 Realizar ações de fiscalização e monitoramento da qualidade de serviços ofertados</p>	<p>Sistema de Justiça</p> <p>Conselhos Tutelares</p> <p>CMDCA's, Conselhos setoriais (educação, saúde, juventude,</p> <p>MP</p>	<p>Conselheiros e profissionais do sistema de justiça capacitados e sensibilizados em relação ao tema.</p> <p>Espaços de debate nos Conselhos sobre o papel da defesa e responsabilização para o devido exercício do controle social ampliados.</p> <p>Qualidade dos serviços ofertados aumentada.</p>	
5. Monitoramento	<p>5.1 Fazer levantamento do nº de casos denunciados (Disque 100);</p> <p>5.2 Fazer levantamento do nº de notificações para o atendimento de saúde e nos serviços de socioassistenciais e demais serviços;</p> <p>5.3 Fazer o Diagnóstico da rede de serviços públicos do território (comparativo</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Esporte e Cultura</p>		

	<p>com o antes e depois das ações);</p> <p>5.4 Fazer levantamento do Nº de participantes em seminários, audiências públicas e campanhas;</p> <p>5.5 Verificar a inserção das ações nos planos e orçamentos;</p> <p>5.6 Verificar o número de matérias veiculadas na imprensa local e nas mídias alternativas;</p> <p>5.7 Verificar o número de materiais elaborados e distribuídos;</p> <p>5.8 Fazer levantamento do nº de encaminhamentos entre as políticas;</p> <p>5.9 Verificar a Notificação Integrada;</p> <p>5.10 Fazer o registro no CadÚnico;</p> <p>5.11 Verificar o nº de registro no SISC;</p> <p>5.12 Verificar o nº de registro no SINAN/NET;</p> <p>5.13 Identificar o nº de profissionais inseridos no processo de formação;</p> <p>5.14 Verificar a quantidade de atividades de formação realizadas setorialmente e/ou Intersectorial;</p> <p>5.15 Emitir relatórios das reuniões periódicas;</p> <p>5.16 Fazer registro das articulações, convênios e acordos de cooperação entre as políticas;</p> <p>5.17 Fazer registro do Acompanhamento familiar no Registro Mensal de Atendimento- RMA.</p>	<p>Trabalho e Renda</p> <p>Sistema de Justiça</p> <p>Turismo</p> <p>Entidades Religiosas</p> <p>Legislativo local</p> <p>Conselhos Tutelares</p> <p>Conselhos setoriais</p> <p>CMDCAS</p> <p>Organizações da sociedade civil</p> <p>Movimentos populares e comunitários</p> <p>Segurança Alimentar</p> <p>Núcleo da C/A (Selo Unicef)</p>		
--	---	---	--	--

	<p>5.18 Inserir informações no Censo SUAS;</p> <p>5.19 Verificar o nº de acompanhamentos familiares;</p> <p>5.20 Identificar o número de municípios com os programas e serviços articulados;</p> <p>5.21 Fazer a inserção no SISC;</p> <p>5.22 Verificar o número de cursos de formação profissional realizados;</p> <p>5.23 Verificar o número de famílias incluídas nos programas de formação profissional e no mercado de trabalho;</p> <p>5.24 Identificar o nº de escola em tempo integral instituídas e número de alunos inseridos e o número de profissionais;</p> <p>5.25 Fazer levantamento do nº de capacitações e número de participantes;</p> <p>5.26 Verificar o número de ações de fiscalização e monitoramento realizados;</p> <p>5.27 Verificar a pauta do tema nos conselhos e nos encaminhamentos nº de ações voltadas ao fortalecimento da função de controle social dos conselhos;</p>			
--	--	--	--	--

Grupo 4 – TRABALHO DOMÉSTICO

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	<p>1.1 Realizar audiências públicas, campanhas, palestras nas comunidades e escola, fóruns de discussão, dentre outras;</p> <p>1.2 Realizar eventos comunitários;</p> <p>1.3 Realizar seminários, rodas de conversa (especialmente na zona rural), para mobilização dos profissionais de educação, saúde, segurança, trabalho e assistência social em torno das especificidades das situações de trabalho infantil doméstico</p> <p>1.4 Inserir ações de prevenção ao trabalho infantil doméstico nos planos municipais e no orçamento público;</p> <p>1.5 Elaborar materiais informativos, com acessibilidade (cartilhas, panfletos, spots de rádio);</p> <p>1.6 Promover articulação com os meios de comunicação local e redes sociais para</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Educação</p> <p>Saúde</p> <p>Trabalho e Emprego (ESF, CERESTs, Agente Comunitário de Saúde)</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Conselho Tutelar</p> <p>Conselhos de direitos da criança e do adolescente</p> <p>Conselhos setoriais</p> <p>Sistema de justiça</p> <p>Lideranças Comunitária e Religiosas</p> <p>Lideranças comunitárias</p>	<p>Cultura do TI rompida;</p> <p>Nível de informação ampliado; Mobilizar para o enfrentamento da situação do TI aumentada;</p> <p>Visibilidade ao TI, especialmente TID ampliada;</p> <p>Divulgação e sensibilização para o tema ampliada;</p>	<p>Curto e permanente</p>

	<p>disseminar informações sobre o TI;</p> <p>1.7 Realizar atividades por ocasião do 12 de junho;</p> <p>1.8 Divulgar informação às famílias.</p>	<p>Rádios comunitárias, jornais, revistas, TV local;</p> <p>Secretarias/assessorias de comunicação dos órgãos;</p> <p>Saúde</p> <p>Lideranças comunitária e religiosas</p>		
2. Identificação	<p>2.1 Realizar ações articuladas de busca ativa entre as equipes do ESF, equipes do SUAS, CTs;</p> <p>2.2 Realizar ações articuladas entre as equipes do programa de saúde da família, professores e as equipes do SUAS para identificação de situações de trabalho infantil;</p> <p>2.3 Capacitar as equipes de busca ativa para otimizar a identificação e o cadastramento de crianças e adolescentes no trabalho infantil doméstico;</p> <p>2.4 Buscar parcerias com lideranças comunitárias e religiosas locais para identificação dos casos de trabalho infantil;</p> <p>2.5 Capacitar os profissionais de educação,</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Saúde</p> <p>Lideranças locais e comunitárias;</p> <p>Conselho Tutelar</p>	<p>Trabalho integrado entre as políticas fortalecido;</p> <p>Estratégias de identificação das situações de trabalho infantil ampliadas;</p> <p>Marcação de Trabalho Infantil no CadÚnico nos territórios de alta incidência aumentada;</p> <p>Lideranças comunitárias e religiosas identificando e encaminhando os casos de trabalho infantil;</p> <p>Profissionais capacitados;</p> <p>Número de encaminhamentos</p>	Curto e permanente

	saúde, assistência social, segurança pública, conselheiros tutelares (para identificar sinais de TI e encaminhamento dos casos);		para os serviços aumentado;	
3. Proteção	<p>3.1 Realizar reuniões periódicas entre as políticas setoriais para o planejamento das ações e encaminhamentos da rede de proteção em cada território;</p> <p>3.2 Realizar acompanhamento familiar integrado entre as políticas de assistência, saúde e educação;</p> <p>3.3 Promover articulação entre o Mais Educação e o SCFV para garantir o contraturno;</p> <p>3.4 Incluir o tema trabalho infantil no Projeto Político Pedagógico da escola (de cada unidade escolar);</p> <p>3.5 Acompanhar a frequências e rendimento escolar;</p> <p>3.6 Desenvolver programas/projetos de geração de emprego e renda para as famílias;</p> <p>3.7 Realizar capacitação intersetorial para</p>	<p>Direção de escola, secretaria de educação, rede escolar;</p> <p>Educação;</p> <p>Assistência Social;</p> <p>Secretarias de Trabalho Emprego;</p> <p>Empregadores;</p> <p>Auditores Fiscais;</p>	<p>Agenda permanente de trabalho intersetorial para acelerar a erradicação do trabalho infantil construída;</p> <p>Função protetiva das famílias fortalecida;</p> <p>Inclusão no PPP escolar; Crianças e adolescentes empoderados sobre o trabalho infantil;</p> <p>Retirada do trabalho infantil; Escolaridade ampliada;</p> <p>Distorção idade/série rompida;</p> <p>Famílias incluídas no mercado de trabalho e aumento da renda familiar;</p> <p>Autonomia das famílias fortalecida;</p>	Curto e permanente

	<p>conselhos tutelares, sistema de justiça, visando à garantia de proteção integral à criança e ao adolescente;</p> <p>3.8 Realizar ações de fortalecimento da função de controle social exercida pelos conselhos setoriais e da criança e do adolescente;</p> <p>3.9 Criar comissão/GTS e prevenção e erradicação;</p> <p>3.10 Responsabilizar empregadores de trabalho infantil doméstico (auditores fiscais a partir de denúncias recebidas);</p> <p>3.11 Promover abordagem pelos conselhos tutelares.</p>		<p>Multas aplicadas;</p> <p>Encaminhamentos para a rede de atendimento e responsabilização (MPT) realizados.</p>	
4. Monitoramento	<p>4.1 Fazer levantamento do número de atividades realizadas (escolas, comunidades, segurança, saúde, etc) pelo número de participantes e seus engajamentos em cada segmento;</p> <p>4.2 Fazer levantamento do Número de situações denunciadas;</p> <p>4.4 Verificar o aumento do número de entidades e serviços envolvidos;</p> <p>4.5 Verificar o nº de materiais elaborados</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Educação</p> <p>Saúde</p> <p>Trabalho e Emprego (ESF, CERESTs, Agente Comunitário de Saúde)</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Conselho Tutelar</p>		

	<p>e distribuídos;</p> <p>4.6 Verificar o nº de matérias veículas;</p> <p>4.7 Fazer levantamento do número de famílias com informações aumentada;</p> <p>4.8 Fazer levantamento do nº de encaminhamentos entre as políticas;</p> <p>4.9 Fazer a Notificação Integrada;</p> <p>4.9 Fazer o Registro no CadÚnico;</p> <p>4.10 Fazer o levantamento do percentual dos municípios que foram cobertos com a busca ativa;</p> <p>4.11 Fazer levantamento do número de reuniões intersetoriais realizadas</p> <p>4.12 Identificar o nº de lideranças religiosas e comunitária envolvidas com o tema e suas atividades desenvolvidas;</p> <p>4.13 Verificar o nº de atividades de formação realizadas;</p> <p>4.14 Verificar o nº de profissionais e conselheiros envolvidos nas atividades de formação;</p> <p>4.15 Fazer relatórios das reuniões periódicas;</p> <p>4.16 Identificar o nº de acompanhamentos familiares realizados;</p>	<p>Conselhos de direitos da criança e do adolescente</p> <p>Conselhos setoriais</p> <p>Sistema de justiça</p> <p>Lideranças Comunitária e Religiosas</p> <p>Lideranças comunitárias Rádios comunitárias, jornais, revistas, TV local;</p> <p>Secretarias/assessorias de comunicação dos órgãos;</p> <p>Saúde</p> <p>Lideranças comunitária e religiosas</p>		
--	---	---	--	--

	<p>4.17 Fazer o registro das articulações, convênios e acordos de cooperação entre as políticas;</p> <p>4.18 Fazer o registro do acompanhamento familiar no Registro Mensal de Atendimento – RMA;</p> <p>4.19 Fazer o registro no Censo SUAS;</p> <p>4.20 Identificar o número de escola que incluíram o tema no PPP;</p> <p>4.21 Identificar as ações realizadas a partir da inclusão no PPP;</p> <p>4.22 Fazer levantamento do nº de capacitações;</p> <p>4.23 Verificar a pauta do tema nos conselhos e dos encaminhamentos;</p> <p>4.24 Identificar o nº de ações voltadas ao fortalecimento da função de controle social dos conselhos;</p> <p>4.25 Fazer o número de casos denunciados pelas escolas onde esse trabalho aconteceu;</p> <p>4.26 Fazer o acompanhamento escolar através das instancias multidisciplinar;</p> <p>4.27 Fazer o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família;</p> <p>4.28 Verificar o Censo Escolar;</p> <p>4.29 Fazer o registro das crianças e adolescentes no acompanhamento das condicionalidade;</p> <p>4.30 Fazer o ato formal de criação - número reuniões e atividades</p>			
--	--	--	--	--

	<p>Desenvolvidas;</p> <p>4.31 Fazer o cronograma/plano de ações de atividades;</p> <p>4.32 Emitir relatórios de atividades realizadas;</p> <p>4.33 Divulgar para a população;</p> <p>4.34 Verificar o número de notificações;</p> <p>4.35 Fazer levantamento do número de encaminhamento para a rede;</p>			
--	---	--	--	--